

# **“Construção de Passeio e Redimensionamento de Caldeiras – Parque de Estacionamento da Ponte Nova”**

## **Declaração Anexo I**

## DECLARAÇÃO

**1 - Oliveiros Pereira Pedreira**, com o documento de identificação n.º **11821032 7ZY9**, com morada em Loteamento da Quinta da Boavista, Lote 13 – 2º DRT – Fr. S, Ribeirinho, 4970 – 272, Arcos de Valdevez, na qualidade de representante legal da empresa **Oliveiros - Sociedade Unipessoal, Lda.**, com o NIPC **509 335 616** e sede na Praça Municipal n.º 21, União de Freguesias de São Salvador, Vila Fonche e Parada, concelho de Arcos de Valdevez, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **"Construção de Passeio e Redimensionamento de Caldeiras – Parque de Estacionamento da Ponte Nova"** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual se declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

**2 -** Declara também que executará o referido contrato nos termos do previsto nos seguintes documentos, que junta em anexo.

**1.1) – Declaração Anexo I;**

**2.a) – Declaração de Preços Parciais;**

**2.b) – Plano de Trabalhos;**

**2.c) – Plano de Mão-de-Obra;**

**2.d) – Plano de Equipamentos;**

**2.e) – Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro:**

**e1) – Plano de Pagamentos;**

**e2) – Cronograma Financeiro;**

**2.f) – Memória Descritiva e Justificativa;**

**2.h) – Documento de esclarecimento de preço anormalmente baixo;**

**2.i) – Lista de Preços Unitários;**

**2.j) – Cópia de Certidão Permanente ou documento equivalente;**

**3 -** Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

**4 -** Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a)** Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b)** Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
- c)** Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d)** Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e)** Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f)** Tenha sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do nº1 do artigo 71º da Lei nº1 19/2012, de 8 de maio, e no nº 1 do artigo 460º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g)** Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h)** Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i)** Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
  - 1.** Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
  - 2.** Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de maio de 1997 e do nº 1 do artigo 3º da Acção Comum nº 98/773/JAI, do Conselho;
  - 3.** Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

**4.** Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

**j)** Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

**5 -** O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

**6 -** Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 4 desta declaração.

**7 -** O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Arcos de Valdevez, 12 de Junho de 2017